



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO

Ementa: Requeiro ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, c/c a Secretaria de Assuntos Jurídicos, informações acerca de contratação de médico do trabalho.

Câmara de Vereadores de
Pindamonhangaba



Protocolo Geral nº 2641/2022
Data: 25/04/2022 Horário: 10:40
LEG - REQ 1189/2022

APROVADO

25 ABR. 2022

Vereador José Carlos Gomes - Cal
Presidente

Senhor Presidente,

Considerando que, foi encaminhado e-mail a todos os vereadores, contendo denúncia acerca da falta de médico do trabalho , o qual segue na íntegra para os devidos esclarecimentos;

REQUEIRO à Mesa, consultado o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, c/c a Secretaria de Assuntos Jurídicos, informações acerca de contratação de médico do trabalho.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 19 de abril de 2022


Vereador Carlos Moura – Magrão
Vereador



Vereador Magrão <vereadormagrao@camarapinda.sp.gov.br>

DENÚNCIA - FALTA DE MÉDICO DO TRABALHO

2 mensagens

Juliana cardoso <pindacometica@gmail.com>

16 de março de 2022 21:13

Para: vereadormagrao@camarapinda.sp.gov.br, felipeguimaraes@camarapinda.sp.gov.br, norbertinho@camarapinda.sp.gov.br, gilsonnagrin@camarapinda.sp.gov.br, heriveltovela@camarapinda.sp.gov.br, cal@camarapinda.sp.gov.br, julinhocar@camarapinda.sp.gov.br, marcomayor@camarapinda.sp.gov.br, regininha@camarapinda.sp.gov.br, renatocebola@camarapinda.sp.gov.br, rogerioramos@camarapinda.sp.gov.br

PREZADOS VEREADORES E NOBRE VEREADORA

Venho através deste solicitar que seja instaurada uma investigação urgente, pois os servidores não podem ficar sem MÉDICO do trabalho, não podem servidores sofrerem por perseguição política de uma funcionária que está em desvio de função (dano ao erário, improbidade administrativa). é necessária a fiscalização de vocês com urgência. Como o prefeito esta contratando sem um teste? Como saber se o funcionário que for admitido já não entra lesionado, causando no futuro grande gasto de dinheiro público. Precisamos de providências urgentes.

DA DENÚNCIA:

Com a publicação da Portaria MTb nº. 3214 de 08 de junho de 1978, o Ministério do Trabalho trouxe as Normas Regulamentadores que referem a temática diversa no campo da segurança e medicina do trabalho.

Com o passar dos anos foram editadas 37 NR's, porém a que trazemos aqui, excepcionalmente, é a Norma Regulamentadora NR-04.

Nesta, é abordado o Serviço de Especializado em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Medicina do Trabalho, desde as suas funções até a sua composição.

A configuração e sua composição obedecem aos critérios do grau de riscos da empresa versus o número de empregados no estabelecimento, alínea "a" a "d" do artigo 162 do Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 - CLT. No caso em tela, a Prefeitura de Pindamonhangaba é enquadrada no grau de risco 1, CNAE 8411-6, e com número de empregado entre 3.501 a 5.000.

No quadro II da destacada norma regulamentadora, podemos observar a composição técnica do SESMT, sendo, não mais importante que os demais, a presença obrigatória do profissional médico com especialização em medicina do trabalho.

Chegou a nosso conhecimento que o único médico atuante, Celso Araújo de Souza, se desvinculou do município, deixando os servidores à mercê da sorte e desprovido de coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, como também, impossibilitado de acolher e submeter os servidores ao Instituto Nacional do Seguro Social, ato privativo do médico do trabalho e pertencente ao quadro efetivo da empresa, item 4.4.2 da NR-04.

Apesar disto a Prefeitura de Pindamonhangaba vem publicando normalmente em seu jornal oficial -Tribuna do Norte – na seção de editais, convocação de concurso público, como segue o anexo I, II e III.

Insistir na convocação e promover a contratação dos candidatos sem o exame médico e avaliação pelo médico do trabalho da empresa, fere o artigo 168, inciso I, da CLT repercutindo também nos incisos II e III.

Paire na instituição que a motivação do desligamento do servidor médico do trabalho foi em decorrência de perseguição política realizada pela servidora Ana Cristina Pereira Godoi, agente comunitária de saúde, atualmente ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Assistência Social Distrital, função essa de característica de confiança do chefe do executivo municipal, inciso III, artigo 1º, inciso I, artigo 10 da Lei 6.197 de 20 de dezembro de 2018.

Corre "aos corredores" da municipalidade que tal situação foi delatada no bojo do memorando 51.617/2021.

Contudo, no repouso a Prefeitura persiste na ausência do profissional médico com especialidade em medicina do trabalho, concursado, com intuito de promoção e aplicação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Dessa maneira requeremos averiguação da hipótese de infração disposta na Lei 8.429 de 02 de junho de 1992, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Em anexo seguem os documentos comprobatórios da denúncia ofertada,

3 anexos

EDITAL9678DETERCA-FEIRA8DEMARCODE2022-1.pdf
507K

EDITAL9679DEQUARTA-FEIRA9DEMARCODE2022-1.pdf
4548K

EDITAL9682DETERCA-FEIRA15DEMARCODE2022-1.pdf

 2834K

Juliana cardoso <pindacometica@gmail.com>

21 de abril de 2022 10:04

Para: vereadormagrao@camarapinda.sp.gov.br, felipeguimaraes@camarapinda.sp.gov.br, norbertinho@camarapinda.sp.gov.br, gilsonnagrin@camarapinda.sp.gov.br, heriveltovela@camarapinda.sp.gov.br, cal@camarapinda.sp.gov.br, julinhocar@camarapinda.sp.gov.br, marcomayor@camarapinda.sp.gov.br, regininha@camarapinda.sp.gov.br, renatocebola@camarapinda.sp.gov.br, rogerioramos@camarapinda.sp.gov.br

Bom dia

Mesmo não tendo a resposta de NENHUM Vereador , sigo complementando a denúncia apresentada no dia 16 de março de 2022.

Com a vaga em aberto da carreira do emprego público na Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba de médico do trabalho, em decorrência da desvinculação do profissional, a municipalidade persiste no campo infracional sem aferir e subjugando as legislações e o poder fiscalizatório.

Na vacância do cargo de médico do trabalho, a prefeitura contratou a médica Flávia Skipka Salgado, CRM 155.000, pela modalidade RPA – Recibo de Pagamento Autônomo.

O trabalho desenvolvido para o emprego de médico do trabalho, tem o caráter de natureza contínua devendo assim ser ocupado por servidores efetivos aprovado em concurso público e, portanto, não sendo permitido o pagamento por RPA, inciso II artigo 37 da Constituição Federal.

Pelo visto, a administração se valeu, por suposição, do caso de emergência, inciso IV do artigo 24 da lei de licitações, para justificar a contratação da profissional Flávia Skipka Salgado, que ocorreu por dispensa de licitação sobre meios viciados.

Em sendo assim, requeremos que além da apuração já delatada que se proceda também a verificação da contratação da profissional e todo seu trâmite nos preceitos da lei complementar 709/1993, inciso v do artigo 2º, caput do artigo 104 e inciso "b e c" do inciso III do artigo 33.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

